

TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL NA CIDADE PINTADAS – BAHIA - BRASIL

Antonio Muniz dos Santos Filho¹
Reuelio Marques Rios²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discorrer acerca do papel do “Projeto Rede Pintadas” no fomento ao Desenvolvimento Local e a articulação comunitária do município de Pintadas – Bahia, com vista ao adensamento do Capital Social. Essas proposições são viabilizadas através da organização da sociedade civil institucionalizada no referido “Projeto”. Tomamos como parâmetro para análise, a adoção das estratégias organizacionais para o empoderamento, a gestão participativa e, conseqüentemente, o adensamento do Capital Social gerado na comunidade local. E concluímos que, trata-se de um rico universo de ações positivas, através da qual a constituição de novos espaços públicos ocorre graças à articulação da “Rede Pintadas” envolvendo atores próximos e longínquos, públicos e privados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Capital Social; Redes Sociais; Participação Cidadã.

¹ Mestre em Geografia (UFBA). Professor Assistente do Departamento de Ciências Exatas e da Terra – Campus I (Colegiado de Urbanismo) – UNEB. Coordenador do NÔMADES e Pesquisador associado do TERRITÓRIOS (UNEB). Email: munizfh@hotmail.com

² Graduado em Geografia (UNEB); Bacharelado em Direito (UNEB); Ex-Bolsista de Iniciação Científica (Picin/UNEB). Pesquisador associado ao NÔMADES (UNEB). Email: reuelio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender as formas de organização e atuação dos grupos sociais do município de Pintadas (BA), que executam um modelo alternativo de desenvolvimento, pautado em princípios de sustentabilidade e solidariedade, contrapondo o modelo socioeconômico vigente, baseado no capitalismo tradicional. Analisa o desempenho institucional do Projeto Rede Pintadas, avaliando as contribuições da participação cidadã para o fortalecimento do capital social, do desenvolvimento local e da dinâmica territorial do município. As transformações no mundo globalizado, fragmentário e seletivo, as quais, segundo Vieira (2005), situam-se no âmbito da organização econômica, das relações sociais, dos padrões de vida e cultural e das transformações do Estado e da política, têm levado as sociedades e governos a repensarem suas formas de organização e atuação. Nesse contexto, as funções das instituições têm ganhado respaldo para reduzir as incertezas, facilitar a atuação da sociedade civil organizada e conduzir o desenvolvimento local pelo viés do empoderamento, rediscutindo o conceito de democracia, compromisso e construção do projeto de sociedade. A respeito do empoderamento, Baquero e Hammes (2006, p. 261) explicitam:

(...) refere-se a um processo que visa a fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, busca dotar os indivíduos de autonomia e de capacidade de intervenção na realidade de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e autoresponsável nos processos de participação, discussão e decisão.

De acordo com Mcgee e Nierras (2003), no processo democrático meramente representativo, o cidadão exerce seu “poder” apenas na hora de votar, não podendo participar efetivamente da forma de governo. Essa concepção de democracia reside no pragmatismo burocrático e não oferece ao cidadão viabilidade de controlar e/ou acompanhar a gestão. Esse tipo de governo é centralizador e reproduz as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Diferentemente, a democracia participativa preocupa-se com o envolvimento do cidadão não eleito na tomada de decisão das políticas institucionais

locais, possibilitando mecanismos para o enriquecimento da vida política e administrativa, dinamizando a capacidade de resposta dos serviços públicos às angústias sociais.

As formas de democracia participativa são indubitavelmente melhores do que formas representativas para desvelar as preferências e necessidades do povo, já que o envolvem na tomada de decisão e deliberação, oferecendo escopo para tratar as desigualdades através do processo inclusivo e participativo de indivíduos ou grupos organizados com o governo local. Nessa prospecção, vem-se resgatando o sentido de sociedade civil, potencializando-a na perspectiva de articulação entre esta e o setor público – Estado, conforme proposta constitucional de descentralização e redistribuição de poder. A respeito da participação cidadã, e o envolvimento com o Estado, Scherer-Warren (1993, p. 53) discorre:

Com isso, não podemos inferir que Estado e sociedade civil são autônomos. Os dois se interpenetram em suas dinâmicas próprias. Todavia, o Estado, enquanto aparelho, possui um campo institucional de atuação privilegiada, e a sociedade civil, pela sua força numérica e vital na produção social, poderá ter uma atuação mais ou menos agressiva na transformação do social.

O Nordeste brasileiro, incontestavelmente, é uma das regiões do país que mais sofreu como campo experimental para novas políticas públicas de desenvolvimento econômico. Conforme análise historicizada do “*discurso e prática da política nordestina*” feita por Castro (1992), conseguimos perceber que no sistema político nordestino há um acentuado (des)compromisso territorial de seus representantes, sobretudo de uma elite política conservadora, em cuja agenda, a justiça social não figura, embora os discursos utilizados aproveitem-se, por exemplo, da escassez da água e dos alimentos, mazelas sociais dessa região semi-árida, numa forma dependentista, para as estratégias desta elite preservar o *status quo* politicamente favorável à sua posição na sociedade, e no qual as questões sociais e políticas se tornaram pouco alteradas. Por mais que esses discursos inferissem desenvolvimento econômico para o Nordeste, continuava um processo em que se “produzia um quadro cujo formato podia variar do clientelismo à estagnação, passando pelo paternalismo, sem que qualquer tipo de dirigismo transformador tenha real possibilidade de impor-se” (CASTRO, 1992, p. 211).

Historicamente no estado da Bahia, a arena política acentuava um processo de exclusão social em detrimento dos interesses hegemônicos de uma pequena elite política centralizadora para quem a troca de favores promovia a perpetuação do "voto de cabresto". Além disso, a escala do governo local confluía para uma reprodução desses interesses, tornando o poder público um (re)produtor de desigualdade social e da pobreza. No entanto, tal realidade vem sendo modificada, já que a perspectiva de reformulação da Constituição Federal de 1988 legou uma significativa conquista pela participação popular, bem como na criação de canais de mecanismos para fiscalização do Estado pela população, colocando a sociedade civil como agente de mudança de suas realidades por meio de uma maior responsabilização no destino de seus municípios. Em relação à gestão dos municípios brasileiros, houve um processo de descentralização, negociada pelo governo federal, porém não ocorreu de forma homogênea. De modo geral, acreditamos que seja positivo esse processo de descentralização por provocar a busca de capacitação maior para a gestão de políticas no município, a partir dos desafios que vão surgindo, bem como possibilitar o diálogo do gestor com a população para construir conjuntamente políticas participativas. Neste novo cenário de valoração da democracia participativa nos processos decisórios, seus impulsionadores fazem valer-se como sujeitos principais na busca de equidade dos resultados das políticas públicas, (re)significando o papel e as funções da participação cidadã, conduzidas através da solidariedade. Todo esse processo fez gerar um tecido socioespacial cada vez mais integrado aos interesses locais. Conforme indica Teixeira (2001), a participação cidadã nas suas diferentes dimensões contribui para o fortalecimento da sociedade civil, que passa a exercer um importante papel na democratização do Estado e das instituições locais. Farah (2000, p. 5) discorre acerca dessa ressignificação do papel do Estado, destacando que:

A construção dessa nova imagem supõe o reconhecimento de que o Estado é passível de reformas orientadas tanto para a superação de características críticas de sua atuação (...) como para sua adequação aos desafios, pela reestruturação e pelo processo – ainda inconcluso – de democratização.

Algumas experiências desenvolvem-se no seio dos movimentos populares pelo processo da contestação e colocam para a sociedade o desafio de buscar projetos pautados

em princípios de cooperação e sustentabilidade, questionando a estrutura socioeconômica vigente, baseada no neoliberalismo e na idéia do “Estado Mínimo”. Esses projetos vislumbram, também, a geração de emprego e renda, e estão fundamentados numa proposta autogestionária. Após o processo histórico da redemocratização brasileira, tem sido possível, nos últimos anos, a possibilidade das eleições de governantes - nas três esferas de governo - originadas de movimentos sociais.

A participação cidadã ganha vultosa importância pelo fato de que os governos oriundos de movimentos sociais organizados têm interesses e valores a defender coletivamente, obtendo uma feição muito mais politizada, tratando-se da possibilidade de inclusão de novos protagonistas na negociação acerca do que se entende por interesses públicos e definição de políticas que contemplem as necessidades e anseios da grande massa, outrora excluída do processo democrático, negando, assim, o modelo neoliberal. Para Caccia-Bava (2003, p. 29):

A mudança recentíssima na conjuntura brasileira, com a eleição de Lula para Presidente da República, é parte da expressão desse processo de mobilização cidadã. Trata-se, ao que parece, de uma oportunidade de reconfiguração das relações de poder, onde o discurso neoliberal hegemônico começa a ser desafiado por um novo projeto político que não tem mais a satisfação das demandas “do mercado” como seu interesse maior, mas, pode afirmar o primado de um projeto de radicalização democrática e redução das desigualdades como centro de suas preocupações.

A cooperação social é imprescindível, e os gestores públicos, em especial os locais, necessitam de interlocutores que, através dessa articulação em rede, possibilitem conhecer mais proximamente as necessidades de uma classe menos escutada – no entanto mais necessitada – fazendo reverberar a possibilidade de resolução ou, pelo menos, de mitigação dos problemas sociais.

PROJETO REDE PINTADAS: DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL

O município de Pintadas está situado no Semiárido baiano, distante 254 km de Salvador (capital do Estado). Segundo o IBGE (2007), possui área de 531,4 km² e sua população é de 11.308 habitantes. Assistimos, neste município, à proliferação de iniciativas

autônomas de grupos organizados na sociedade civil, visando à produção de atividades que fomentam o desenvolvimento local como um meio para a realização de outros objetivos de natureza social, política e cultural. Conforme sinaliza Fonseca (2005), muitos municípios brasileiros vêm adquirindo um protagonismo nunca anteriormente visto, pois passaram a canalizar um crescente número de iniciativas políticas e econômicas inovadoras, designadas a resolver sérios problemas que afetam as coletividades locais e que também atingem diretamente o cotidiano e a qualidade de vida dos cidadãos.

Observamos que, hoje, tem-se discutido consideravelmente a respeito do desenvolvimento local, desde o seu significado até os meios de alcançá-lo, no entanto, não existe receita pronta para tal, muito menos metodologia ou recursos que garantam por si sós o desenvolvimento. Devemos lembrar que cada lugar – espaço socialmente construído – tem sua dinâmica própria, suas peculiaridades, e que cada território tem processos diferentes de desenvolvimento. É consensual que, desenvolvimento local está atrelado diretamente a melhoria gradual da qualidade de vida de uma determinada população, conforme apontam diversos estudiosos da temática (quadro 1).

Quadro 1: Concepções teóricas acerca do Desenvolvimento Local

AUTOR	DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
C.WARE	Organización de la comunidad como medio de promover la mejora general y el alcance de objetivos específicos bajo un principio primordial consiste en hacer que los recursos de la comunidad satisfagan las necesidades del pueblo.
E. ANDER-EGG	Técnica o práctica social con un objetivo fundamental dirigido a la promoción del hombre movilizado recursos humanos e institucionales mediante la participación activa y democrática de la población en el estudio programación e ejecución de los programas de desarrollo.
DATAR	Un proceso de organización del futuro de un territorio, resultante de los esfuerzos conjuntos de la población afectada, de sus representantes, de los actores socioeconómicos y eventualmente de los agentes del estado, para construir un proyecto de desarrollo integrando las diferentes partes económicas, sociales, culturales y las actividades y recursos locales.
A. PRECEDO LEDO	El D.L. es un sistema productivo y social que se articula entorno a las potencialidades de los recursos locales, [...] implica nuevos mecanismos de intervención y coordinación que al aplicarse permiten introducir un nuevo esquema regional de D.L. y de coordinación administrativa que combine el desarrollo ascendente y descendente en una síntesis unitaria que engloba el sistema productivo, la ordenación del territorio y el medio ambiente en un sistema integrado.

A. VÁZQUEZ BARQUERO	Forma flexible de acumulación y de regulación que favorece el proceso actual de reestructuración productiva, sobre todo los países de industrialización reciente, [...] la industrialización local puede definirse como un proceso cuyo nacimiento desarrollo y madurez se basa en la combinación de un conjunto de causas que van desde el estado de necesidad a la disponibilidad de recursos naturales y/o una buena localización. La existencia de una cierta capacidad empresarial, de mano de obra abundante y barata, de ahorro local y de conocimiento práctico de productos y mercados, favorecieron el nacimiento de procesos de industrialización, y, desta forma, se puede satisfacer la necesidad de cambio existente en las comunidades locales.
D. MÁRQUEZ FERNÁNDES	El D.L. tiene una serie de características definidas por ser democrático parte de un impulso solidario local; endógeno, fomenta la valorización de los recursos propios; integra, trata de armonizar objetivos económicos, sociales, ecológicos. Culturales o políticos dentro de una dimensión económica.
M. MOLINA	Puede entenderse como aquel que se identifica mayoritariamente con iniciativas locales y utiliza recursos propios, aunque es muy difícil que estén totalmente ausentes las influencias externas, ... se tiene vinculado con algo más que con simple crecimiento económico, combinando armónicamente factores sociales, ecológicos, culturales o políticos dentro de una dimensión económica.
P. HOUÉE	El D.L. es sin embargo, un movimiento fundamentalmente endógeno, que surge de la iniciativa de la sociedad civil, vinculada a un territorio o a una historia concreta fundamentada en la valorización y utilización de los recursos locales con los que cuenta y que debe estar acompañado de iniciativas institucionales de acompañamiento. El D.L. debe de forma complementaria, adquirir una perspectiva integral de carácter territorial, donde todos los recursos organizativos de la colectividad deben estar orientados a maximizar los aspectos más competitivos de cada territorio.

FONTE: Gonzáles, (s.d.) Organizada por: Santos Filho (2005)

NOTA: No original, não aparecem às datas ou referências completas das obras.

Para inserir um marco conceitual que nos permitisse analisar e contextualizar as ações do desenvolvimento local tomamos como base a metodologia de Brose (2000), gerada a partir de uma análise da experiência prática do Programa Prorenda/RS, estruturando cinco dimensões para o desenvolvimento local:

1. **Inclusão social** – Consiste na política social na procura de equidade;
2. **Fortalecimento da economia local** – Identifica e valoriza as potencialidades econômicas do local;
3. **Inovação da gestão pública** – Dota o setor público de maior capacidade e eficiência na gestão, voltando-se para as demandas do desenvolvimento humano;

4. **Gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais** – Elabora uma política ambiental, visando utilização racional dos recursos naturais do município;
5. **Mobilização da sociedade** – Cria mecanismos para uma ativa participação do cidadão, buscando um engajamento e diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da comunidade sejam levadas em consideração nos processos decisórios.

Doravante, verificamos até que ponto a articulação da Rede Pintadas contribui para o cumprimento de todas essas demandas, buscando entender as estruturas de poder local no município de Pintadas. Ainda para Brose (2000), o desenvolvimento local é visto como meio de promover o fortalecimento da democracia, permitindo a participação ativa do cidadão sobre a gestão pública, além de constituir um meio importante de combate à pobreza, de promoção de inclusão social, gerando fontes de emprego e renda. Como a ideia de rede – conjunto de nós interconectados – possibilita interação de diversidade, a análise de sua cooperação implica buscar as formas de articulação entre o local, o nacional e o global nas interconexões institucionais cujos princípios humanísticos permitem articulação, reciprocidade e intercâmbio de solidariedade entre os protagonistas sociais diversos.

Conforme aponta Boisier *apud* Haddad (2004), o desenvolvimento de uma localidade, em longo prazo, resulta fundamentalmente da sua capacidade de organização social e política para afeiçoar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na localidade. Assim, um processo de desenvolvimento endógeno é idealizado e praticado a partir da competência que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma localidade específica.

Um caminho promissor nessa direção parece estar sinalizado pelo capital social. Sua concepção representa avanço epistemológico na tentativa atual de construir novas categorias de análise para ler e explicar a realidade do desenvolvimento local. É definido como a soma dos recursos nos modos de organização da vida social da população e como um bem coletivo, que conforme afirma Higgins (2006, p. 204), aponta para três variáveis principais: a confiança, a cooperação e a participação. De acordo com D'Araujo (2003, p.

10), o capital social “(...) expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”. De tal modo, o capital social entra em cena com um papel explícito de resolver problemas sociais, através da cooperação espontânea. Quando a sociedade percebe conscientemente a importância de trabalhar em conjunto, a ação coletiva torna-se viável, empoderadora e, mediante conexão entre as redes de confiança, fomenta o capital social entre as pessoas, cuja utilidade prática concretiza o desenvolvimento da cidadania.

A participação da sociedade civil é ingrediente primordial para uma formulação mais democrática das políticas públicas locais, na definição de estratégias de desenvolvimento local. A inserção desses cidadãos oportunizou a definição de condições de sujeitos coletivos, que foram hábeis em utilizar regras de convivência e solidariedade para se organizarem e associarem, de modo reflexivo, numa prospecção política que contemplasse uma reforma da gestão pública, inspirada em pressupostos democráticos participativos. Para Vieira (2005), a noção de sociedade civil agora representa uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. Em vez de sugerir a ideia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo no qual prevalecem os valores da solidariedade.

A gênese da mobilização social em Pintadas está eminentemente ligada ao trabalho de conscientização e articulação através das CEBs e Pastorais da Igreja Católica local. No início dos anos 1980, os agricultores se mobilizaram com sucesso na defesa de suas terras, enfrentando a tentativa de grilagem por parte de poderosos latifundiários. Decorrente dessa luta, as reservas de capital social adensaram-se, configurando o arcabouço para se erigir o Projeto Pintadas. A Rede Pintadas é uma organização informal que reúne onze entidades representativas da sociedade civil, assemelhado-se no conjunto de preceitos, valores e objetivos que traduzem-se em fomentar o desenvolvimento local no município de Pintadas, afim de diminuir as desigualdades sociais existentes. Atuam como organizações sociais, produtivas, culturais e religiosas, formalizadas através da Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas - AEASP. As entidades que a compõem são: Associação Comunitária Rural Boa Sorte; Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Associação das Mulheres Pintadenses; Associação dos Apicultores de Pintadas;

Associação Mantenedora Escola Família Agrícola; Centro Comunitário de Serviços de Pintadas; Companhia de Arte Cênica Rheluz; Cooperativa Agroindustrial Pintadas; Cooperativa de Crédito Rural Pintadas; Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas. Todos os esforços da Rede têm alterado significativamente a qualidade de vida da população local, de modo que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) saltou de 0,37 no ano de 1997 para 0,62 no ano de 2000, segundo o PNUD (2000). Embora esse resultado seja atribuído a todas as instituições que, estruturadas em rede, conseguiram concretizar preceitos versados pelos Direitos Humanos, nesse trabalho, merecem destaque pelos papéis protagônicos:

Escola Família Agrícola de Pintadas – EFAP: Oferece para os filhos dos agricultores, um ensino contextualizado à realidade local. Essa escola utiliza a Pedagogia da Alternância e está ligada a redes de escolas congêneres em âmbito estadual e nacional: a REFAISA - Rede das Escolas Família Agrícola do Semi-Árido e a UNEFAB - União das Escolas Família Agrícola do Brasil. Inicialmente, obteve apoio da AEASP, juntamente com algumas Universidades Públicas Baianas, estruturando um programa permanente de capacitação de professores do ensino fundamental e médio no município. Merece atenção especial as contribuições da Universidade do Estado da Bahia – UNEB para efetivação desse processo, que, na tentativa de erigir uma cultura universitária que aprofunde e consolide nas instituições, práticas político-educacionais, princípios éticos e multiculturais que sirvam como fundamentos para a construção de uma sociedade justa e equitativa, também, para que o agir social alicerçado no interesse comum da coletividade possa valorizar sua identidade e sua capacidade de interação na busca de alternativas coletivas para o empoderamento, a gestão participativa e o adensamento do Capital Social, sobretudo, para a efetivação dos direitos humanos, auxiliou na formação profissional dos educadores pintadenses, bem como para a reestruturação do Currículo da Escola Família Agrícola, com o objetivo de proporcionar aos jovens do meio rural uma educação a partir da sua vida familiar e comunitária. Assim, a UNEB e Rede Pintadas, reafirmaram seus compromissos enquanto espaço de debate, reflexão e ação social erigindo alternativas para a consolidação dos princípios e valores éticos, fundamentados no exercício da democracia participativa.

Companhia de Artes Cênicas Rheluz – CINERHELUZ: Associação artística que promove o desenvolvimento cultural da cidade através do resgate da cultura local em eventos e atividades de artes cênicas, buscando o desenvolvimento de artistas do próprio município e incentivando os jovens e adolescentes a procurarem formação no âmbito artístico. O Rheluz leva para as escolas oficinas artísticas e a semana cultural procurando promover espaço de debates sobre políticas de desenvolvimento e incentivo artístico-cultural de onde surgem novos projetos. Ainda promove uma programação semanal com shows, oficinas, seções de cinema, teatro, poesias e festivais levando a comunidade local entretenimento, diversão, cultura popular, gratuitamente.

Associação de Mulheres de Pintadas – AMP: Surgiu a partir da necessidade de organizar questões de Gênero e Saúde da Mulher. A AMP já conseguiu organizar mais de vinte empreendimentos individuais junto a Cooperativa de crédito rural. Fundaram a estação digital TELEPINTADAS, que contribui para a inclusão digital da sua população, e, atualmente oferece serviços gráficos de impressão, acesso à internet, cursos básicos de informática, onde fazem parte do quadro de alunos mulheres integrantes da AMP, adolescentes do Projeto Padre Ricardo e agentes de saúde municipal, beneficiando diversas faixas etárias da população. Em parceria com a instituição de cooperação internacional DISOP da Bélgica, conseguiu envolver diretamente as mulheres nas atividades de geração de emprego e renda, através da concretização do empreendimento comunitário “*Delícias do Sertão*”, atuando como padaria, lanchonete, comercialização e produção de alimentos como doces, bolos e salgados e restaurante.

A Prefeitura Municipal de Pintadas – PMP: É a comunhão dos interesses públicos com os interesses da comunidade, separando o ângulo político partidário do ângulo político e social. Os governos de Neuza Cadore e posteriormente Valcyr Rios, conseguiram driblar problemas históricos no seu município, através do apoio de organizações locais, regionais e agências internacionais de cooperação. O processo de desenvolvimento desencadeado pela Rede Pintadas em parceria com PMP, tem se dado de forma continua nas gestões municipais dos últimos 13 anos. Nos fóruns promovidos pela gestão municipal e comunidade local, constrói-se um processo permanente de discussão e definição de prioridades do mandato, bem como das tarefas emergenciais do gestor

municipal. Indubitavelmente, constitui-se espaço de contribuição para o empoderamento e a ampliação do capital social e da organização da sociedade civil. Sobre tudo, de fiscalização da aplicabilidade dos recursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações e organizações na escala local indicam um novo contexto, cujas mudanças apontam para a diminuição das desigualdades sociais, além de modificar o desempenho da gestão municipal, institucionalizando a política de desenvolvimento local que, nesse caso, materializa-se através do Projeto Rede Pintadas, que tem contemplado as cinco dimensões do desenvolvimento local que nortearam essa pesquisa. Torna-se notório que a Rede Pintadas, por meio dos seus pressupostos de desenvolvimento local, tem melhorado as condições de vida da população, através do envolvimento dos diversos grupos que participam enquanto poder local, contribuindo para a democratização do poder político, modificando as relações de governar o município e zelando pela transparência das suas ações. Porém, foi constatado que no quesito “Gestão Ambiental e uso Racional dos Recursos Ambientais”, as ações desenvolvidas pelas instituições ainda são poucas diante dos problemas enfrentados, e que, quanto a essa especificidade, não contemplam de forma plausível os princípios propostos por Brose (2000).

No que concerne a dimensão de desenvolvimento local, a Rede Pintadas demonstrou sempre um alto nível de protagonismo. Nesse particular, ela se destaca na promoção de projetos e ações relacionados à mobilização social, estimulando a participação juvenil, o fortalecimento da capacidade de autogestão e co-gestão comunitária, dando ênfase na organização dos atores locais através das instituições que os representam. A Rede tem demonstrado que as iniciativas a partir da sociedade civil, bem como as parcerias com o setor público e privado nas suas diversas escalas, podem contribuir para dinamizar o território e proporcionar qualidade de vida aos seus habitantes. No entanto, ainda há muito que fazer, já que o espaço é dinâmico e dialógico, e as necessidades vão-se modificando com o tempo. É preciso continuar com essa prospecção articulativa para que as futuras gerações consigam herdar um legado forte e significativo de solidariedade, responsabilidade social, poder político e o respeito pela vida em todos os âmbitos.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção do capital social. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- CACCIA-BAVA, Sílvio. *A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos*. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2003. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=152>. Acesso: 13 jun.2008.
- CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais*. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2000. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_pdf_0310>. Acesso: 10 fev. 2008.
- FONSECA, Antônio Angelo. M. *Instituição e desenvolvimento territorial. O desempenho municipal após a descentralização*. Feira de Santana: UEFS, 2005.
- HADDAD, Paulo R. Cultura local e associativismo. *Seminário BNDES: arranjos produtivos locais*, 2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso: 11 out. 2008.
- HIGGINS, Silvio Salej. O capital social como condição de iniciativas produtivas. In: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 2007.
- MCGEE, Rosemary; NIERRAS, Rose (Orgs.). *Marcos legais para a participação cidadã: relatório síntese*. São Paulo: Instituto Polis: LogoLink ; Fundação FORD, abr. 2003. Disponível em: <[http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/marcos%20legais_internet\(1\).pdf](http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/marcos%20legais_internet(1).pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2008.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de Desenvolvimento Humano (2000)*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos. *Desenvolvimento local induzido: análise do desempenho do Programa Faz Cidadão no municípios baianos de Saúde e Umburanas (1999-2004)*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Revisão de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Sandra Garcia. São Paulo: Loyola, 1993.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.